

Em 2001 — promovida, precedendo concurso, a técnica superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 1996 — promovida, precedendo concurso, a técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL;

De 1992 a 1994 — docente, equiparada a assistente do 1.º triénio, da disciplina de Organização de Produção e Gestão de Pessoal na Escola Superior Agrária de Beja;

Em 27 de Janeiro de 1992 — ingressou no quadro da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, na categoria de técnica superior 2.ª da carreira de técnico superior;

Em 1992 — estagiária da carreira de técnico superior, mediante contrato administrativo de provimento, para exercer funções de apoio jurídico na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 1990 — contratada a termo certo para exercer funções de apoio jurídico de carácter geral ao gabinete do chefe da Zona Agrária de Barros e Alentejo Interior e ao gabinete do director regional de Agricultura do Alentejo;

De 1988 a 1990 — jurista, em regime liberal, da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

De 1987 a 1988 — professora de Direito e Introdução à Actividade Económica, na Escola Secundária de Moura.

Despacho (extracto) n.º 11 051/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes, por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a assessora principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciada em Engenharia Agronómica Maria Clara Cecílio Gomes dos Santos Roque do Vale para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Produção Agrícola e Pescas desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Maria Clara Cecílio Gomes dos Santos Roque do Vale, casada, natural de Ventosa (Torres Vedras), nascida em 18 de Julho de 1952.

Formação académica — curso de Engenharia Agronómica, pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, em 9 de Julho de 1976.

Outras formações relevantes:

Curso «Gestão por Objectivos e Avaliação de Desempenho», DRAAL, 2006;

3.º Simpósio Vitivinícola de Palmela, AVIPE, 2006;

Curso de sistemas de informação geográfica, ESRI Portugal, 2005; Seminário de alta direcção em administração, INA, Oeiras, 2005; Seminário sobre perspectivas de desenvolvimento da agricultura de regadio na área do Alqueva, COTR, Beja, 2000;

Seminário sobre o vinho na viragem do milénio, CAP, 1999.

Curriculum profissional:

De 22 de Agosto de 2001 a 28 de Fevereiro de 2007 — chefe de divisão de Vitivinicultura da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 7 de Junho de 1989 — representante do Estado na Comissão Vitivinícola Regional Alentejana — CVRA por um período de três anos, sendo posteriormente renovada;

Em 8 de Maio de 1986 — subdirectora da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 20 de Setembro de 1982 — coordenadora regional do Produto Fruticultura e do Produto Viticultura, referentes ao processo de elaboração do Plano de Mudança da Agricultura Portuguesa;

Em 16 de Abril de 1982 — chefe de divisão de Extensão Rural e Produção Agrária da Sub-Região Agrária de Évora da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em Dezembro de 1981 — subcoordenadora regional no âmbito do PROCALFER, para a região de Évora;

Em 26 de Agosto de 1981 — responsável pela Divisão de Extensão Rural e Produção Agrária da Sub-Região de Évora da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 2 de Novembro de 1977, ingressou na brigada técnica da XII Região Agrícola, em Évora;

Em 23 de Fevereiro de 1977, foi contratada além quadro pelo Instituto de Investigação Agrária.

Despacho (extracto) n.º 11 052/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a técnica superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciada em Engenharia Zootécnica Maria Eduarda Pauzinho Pontes da Silva Morais para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Planeamento desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Maria Eduarda Pauzinho Pontes da Silva Morais, casada, natural de Évora, nascida em 3 de Julho de 1970.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Zootécnica, pela Universidade de Évora, em 23 de Julho de 1996.

Outras formações relevantes:

Curso de gestão por objectivos e avaliação de desempenho, DRAAL, 2006;

Curso de técnicas de entrevista de avaliação de desempenho, DRAAL, 2006;

Curso de motivação de equipas, DRAAL, 2006;

Seminário de alta direcção em administração, INA, Oeiras, 2005;

Curso sobre a inovação nos serviços públicos, Universidade de Évora, 2001.

Curriculum profissional:

De 8 de Março de 2002 a 28 de Fevereiro de 2007 — chefe de divisão de Estudos da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo e responsável pela Unidade de Coordenação da Medida AGRIS;

10 de Fevereiro de 2006 — promovida a técnica superior principal da carreira de engenheiro;

De Maio de 1997 a Março de 2002 — desempenhou funções técnicas na Divisão de Estudos, nomeadamente acompanhamento, em articulação com o GPPAA, da evolução das diferentes OCM e análise de estudos/diagnósticos/planos realizados pelo MADRP e outras entidades, integrou o grupo de técnicos que asseguravam a representação permanente da DRAAL no grupo técnico de agricultura no âmbito da comissão de acompanhamento do PEDIZA, coordenou a medida financeira excepcional «Apoio financeiro para abeberamento dos efectivos pecuários» e participou nos trabalhos de preparação das medidas e instrumentos de política agrícola no âmbito do QCA III;

Setembro de 2000 — integrou a unidade de coordenação AGRIS, desempenhando funções no âmbito da coordenação técnica, administrativa e financeira da medida; foi representante da DRAAL nos trabalhos de preparação do novo sistema de informação (SIADRU) e na avaliação intercalar do PORALENTEJO;

13 de Junho de 2001 — promovida, mediante concurso, a técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro;

10 de Fevereiro de 1999 — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

1 de Fevereiro de 1998 — ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, celebrou com a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, contrato de trabalho a termo certo na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro;

De Junho de 1995 a Abril de 1997 — desempenhou funções na Divisão de Medidas Sócio-Estruturais, no âmbito de estágio profis-

sional e posteriormente em regime de prestação de serviços, tendo acompanhado e participado na análise técnica, económica e financeira de projectos de investimento no âmbito do PAMAF — medida n.º 2 [Regulamento (CEE) n.º 2328/91], na operacionalização do programa operacional «Seca/95 — Apoio a obras de hidráulica agrícola para abeberamento animal» e preparação e implementação da metodologia aplicada pela DRAAL na validação do investimento executado no âmbito da PAMAF.

Despacho (extracto) n.º 11 053/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o técnico superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciado em Economia António Manuel Coelho Freire para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

António Manuel Coelho Freire, casado, natural de Viana do Alentejo, nascido em 17 de Novembro de 1971.

Formação académica — licenciatura em Economia, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Outras formações relevantes:

Pós-graduação em Gestão de Sistemas de Informação, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Curso de especialização do mestrado em Economia, na área de especialização em Economia Regional, na Universidade de Évora.

Currículo profissional:

De Março de 2003 a Março de 2007 — desempenhou funções técnicas na Direcção de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar, na Divisão de Estudos da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, no âmbito da medida AGRIS — Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural, dos programas operacionais regionais, nomeadamente no acompanhamento de candidaturas e na análise e processamento de pedidos de pagamento;

Em 25 de Agosto de 2006 — promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

De 1998 a 2003 — desempenhou funções técnicas na Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo e na Divisão de Qualificação Profissional da DRAAL, efectuando a análise e acompanhamento de candidaturas nos domínios da medida n.º 2, «Ajudas à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas», da medida n.º 4, «Investigação, experimentação e demonstração, formação, organização, divulgação e estudos estratégicos», da medida n.º 5, acção n.º 5.2, «Incentivos aos produtos tradicionais regionais», e da medida n.º 6, «Formação e educação», do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal e INTERREG II — Programa de Iniciativa Comunitária para a Promoção e a Cooperação Transfronteiriça Inter-Regional.

Em 1 de Março de 2001 — promovido, precedendo concurso, a técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 27 de Outubro de 1999 — ingressa, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em Abril de 1996 — iniciou funções na Direcção de Serviços de Valorização do Meio Rural, na Divisão de Associativismo e Formação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, desempenhando tarefas nas áreas de criação e funcionamento das organizações e agrupamentos de produtores e de formação profissional.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 054/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeado, em regime de comissão de serviço, para o cargo de subdirector-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho o licenciado José António de Oliveira Tavares.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem, ainda, como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 9 Maio de 2007.

9 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

José António de Oliveira Tavares, 57 anos, licenciado em Direito (Ciências Jurídicas Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1986. Frequentou diversos cursos de formação e participou em ciclos de estudos, congressos, conferências, seminários, colóquios, jornadas e encontros sobre temas da área das condições gerais de trabalho, segurança, higiene e saúde no trabalho e outros conexos com as actividades desenvolvidas, nomeadamente formação de formadores, informática na óptica do utilizador e para dirigentes, gestão de conflitos e técnicas de negociação colectiva, novas tecnologias na modernização administrativa, o direito do trabalho, a segurança e saúde no trabalho, nos mais diversos aspectos e sectores (construção civil, mediação imobiliária, agricultura, têxtil, segurança privada, trabalho temporário, organização do trabalho, riscos profissionais, organização dos serviços de prevenção nas empresas e acidentes de trabalho e doenças profissionais). Actualmente é inspector superior principal do quadro de inspecção superior do ex-IDICT/IGT, na Subdelegação do Barreiro da IGT — Inspecção-Geral do Trabalho, onde exerce funções inspectivas desde 2002. Ingressou em 1 de Novembro de 1971 no Ministério do Trabalho e Segurança Social, Secretaria de Estado da Segurança Social na carreira de preceptor da Casa Pia de Lisboa; em 20 de Julho de 1987, foi nomeado técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Trabalho; em 12 de Junho de 1991, foi nomeado técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Trabalho; de 21 de Junho de 1993 a 21 de Junho de 1996, foi nomeado, em comissão de serviço, subdelegado do IDICT/IGT, no Barreiro; de 10 de Julho de 1996 a 20 de Dezembro de 1999, foi nomeado, em comissão de serviço, delegado do IDICT/IGT, em Almada, e de 20 de Dezembro de 1999 a 22 de Outubro de 2002, foi nomeado, em comissão de serviço subinspector-geral do Trabalho. Integrou o grupo de coordenação, a nível central, por parte da Inspecção-Geral do Trabalho, da articulação das acções de inspecção e troca de informação entre a DGCI, a IGT e os CRSS (protocolo — *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Outubro de 1997); integrou o grupo de trabalho para a implementação do novo regime das contra-ordenações laborais (1999). Coordenou grupos de trabalho, designadamente o grupo de trabalho para o estudo das causas e extensão do fenómeno do trabalho não declarado ou declarado em fraude à lei, constituído no âmbito da UCLEFA (1999), e o grupo de acompanhamento do desenvolvimento e implementação do novo sistema de informação — informatização do IDICT/IGT. Enquanto dirigente regional do IDICT/IGT desenvolveu experiências piloto no domínio do combate ao trabalho clandestino, em estreita articulação com outros serviços regionais e com a direcção central da Inspecção-Geral do Trabalho; participou na concepção e experimentação de novas metodologias inspectivas em todas as áreas no âmbito da Inspecção-Geral do Trabalho e do sistema de articulações com outros sistemas inspectivos; dinamizou processos e abordagens nacionais em vários sectores de actividade; participou na concepção e dinamização de metodologias e programas inspectivos integrando o combate ao trabalho ilegal e a segurança e saúde no trabalho.

Como dirigente nacional da IGT, e no âmbito das suas competências, representou o Ministério do Trabalho e a IGT em diversos organismos, tais como o CIME — Comissão Interministerial para o Emprego; a Comissão Mista Luso-Alemã; a UCLEFA — Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira; a Comissão Técnica Nacional — Cessão do Contrato de Trabalho por Mútuo Acordo; o CNCETI — Conselho Nacional contra